

# HOLOGRAMAS DE HOLOCAUSTOS

Nuno Rogeiro (\*)

## *Primeiro vieram prender os judeus*

«Primeiro vieram prender os judeus  
e eu não levantei a minha voz  
porque não era judeu.  
Depois vieram prender os comunistas  
e eu não levantei a minha voz  
porque não era comunista.  
Depois vieram prender os sindicalistas  
e eu não levantei a minha voz  
porque não era sindicalista.  
Depois vieram prender-me  
e já não restava ninguém  
para levantar a voz por mim.»

**(Poema atribuído ao)  
Pastor Martin Niemöller**

## AQUILO EM QUE EU ACREDITO (PREFÁCIO A UM CARTÃO DE VISITA)

Vim ao Irão por amável convite do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica para fazer investigação e indagar factos sobre o país, a sua vida e instituições, percepções e realidades. Como esta reunião coincidiu com a minha vinda, era primeiro minha intenção estar aqui presente apenas como testemunha silenciosa, para relatar depois o que vi e ouvi.

Mas as polémicas sobre o verdadeiro significado destes trabalhos fizeram-me sentir que tinha o dever moral de dizer algumas palavras e elaborar este texto

Não é de forma alguma sistemático ou científico, mas antes baseado em impressões. Espero que seja, pelo menos, claro na sua mensagem.

Em primeiro lugar, uma introdução pessoal ou, como Louis Pauwels costumava dizer, alguma coisa sobre «aquilo em eu acredito» (*ce que je crois*).

Venho de Portugal, na região mais ocidental da Europa, onde a terra acaba e o oceano começa.

Venho de Portugal, onde no princípio da Idade Média existiu uma espécie de idade do ouro da coexistência entre

muçulmanos (na maioria do norte de África) e outras crenças. Era o tempo em que os príncipes eram eruditos e poetas. Era o tempo de Almutamid (1040-1095), do Emirado Al Andalus e dos sucessivos reinados *taifa* (711-1492), de uma Idade do Paraíso do «Diálogo de Civilizações» (para pegar no tema de uma iniciativa muito recente e muito bem recebida, dos governos de Espanha e da Turquia) (\*).

Venho de um Portugal pós-autoritário (se os rótulos servem para alguma coisa), nascido numa geração habituada à militância (no meu meio político) por aquilo a que chamávamos «nacionalismo revolucionário».

Nos últimos anos do liceu e na universidade os nossos inimigos principais eram o «internacionalismo capitalista», todas as formas de «imperialismo», e especialmente o sistema soviético então em expansão e as suas «marionetas». Da perspectiva da minha família ideológica, também estávamos a combater (ou a acreditar que combatíamos) «o pensamento demoliberal triunfante» do Ocidente e todas as formas de racismo, particularmente as que vinham de soldados «supremacistas» de todas as cores, quadrantes e línguas.

Entre os movimentos mais sinistros, o «nazismo» (para utilizar a depreciativa terminologia anglo-saxónica) parecia-nos tão repugnante como o outro filho ilegítimo de Hegel, o estalinismo «pseudo-bolchevique» (como a extrema-esquerda diria mais tarde).

Hitler e o seu Crepúsculo dos Deuses entraram na zona escura da cultura pop e gerou desprezo ou raiva em quase todos os quadrantes do espectro político. O estalinismo esteve menos presente como um espectro, e até podíamos argumentar que foi esquecido em muitas áreas da Europa, especialmente aquelas que sofreram sob a sua influência. Isto torna mais urgente a antestreia da próxima versão cinematográfica do «*First Circle*» de Soljenitsine. A memória devia ser uma estrada de dois sentidos, embora saibamos que ela é muito selectiva e que há até usos para a amnésia (1).

Talvez que tudo isto não seja muito controverso.

Mas também acredito num par de coisas sobre os assuntos internacionais da actualidade. Estes podem ser mais passíveis de discussão para esta reunião.

Considero, por exemplo, que o Irão, com a sua antiga e sábia civilização, que precede mesmo as maravilhas do mundo helénico, não deveria ser ameaçado por certos círculos internacionais como um clã primitivo, nascido ontem, que não tem direitos excepto o de obedecer a algum senhor politicamente correcto.

Considero que o Irão deve continuar a procurar reparação, por ter sido o único caso de uma nação injustamente atacada com armas de destruição maciça, no caso armas químicas e talvez mesmo bacteriológicas.

Considero que a nação palestina deverá ser independente, viável, um Estado internacionalmente reconhecido, com fronteiras externas e todos os atributos de um Estado soberano, incluindo forças armadas e polícia.

Considero que a intervenção internacional no Afeganistão foi justa e bem calculada, já que o país não mostrou qualquer vontade de extraditar ou suprimir os perpetradores públicos do 11 de Setembro.

Considero que a última intervenção internacional no Iraque só se podia justificar ao abrigo de uma resolução específica do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e só no caso de haver um sistema comprovado de armas de destruição maciça, prontas a serem utilizadas.

Talvez haja ainda muitos nesta sala que pensam como eu.

Mas também acredito no direito de Israel a existir como Estado soberano, capaz de proteger o seu povo e de viver em paz com os seus vizinhos.

Se isto foi (e é) possível com a Jordânia e o Egipto, porque não com outros?

Se Ytzhak Rabin e Yaser Arafat, homens de guerra convertidos em homens de paz, conseguiram planear isto, porque não outros?

Talvez haja ainda alguns aqui que não estejam em total desacordo comigo.

Finalmente, considero que seria benéfico para todos se o Irão e os Estados Unidos estabelecessem relações diplomáticas plenas, baseadas nos princípios de não ingerência, na igualdade de estatuto, no respeito pela soberania nacional e pelo direito internacional.

Espero que haja alguém nesta sala que concorde comigo.

## SOBRE OS BÁRBAROS

*Holokauston*, ou o que está totalmente queimado (de «*holos*» e de «*kaustos*»), significava inicialmente uma oferta aos deuses pagãos. «Holocausto» e «Barbárie» aparecem juntos.

«Bárbaro» não é aqui utilizado como um conceito helénico actualizado de «estranhos à nossa civilização», mas como agentes de desumanidade em grande escala.

A primeira imagem que nos assalta a mente é o Head Forester (*Öberfoster*) de Ernst Jünger, em «*On the Marble Cliffs*», publicado em 1939, como um prelúdio onírico/de pesadelo à tempestade de fogo europeia (2).

O Forester é uma espécie de gerente de um matadouro, dirigindo uma tribo guerreira para destruir uma civilização

vizinha, antiga e esclarecida. É no mínimo tentador considerar o encarcerado vizinho do Irão e antigo inimigo químico, Saddam Hussein, como outra aplicação evidente deste sangrento arquétipo de tirania.

O sistema hitleriano (para simplificar e recordar a «experiência» pós 1933) foi, na minha perspectiva, uma forma de imperialismo étnico (ou etnicamente assumido), de totalitarismo bárbaro, de «paródia demoníaca de religião» - para utilizar a fórmula mais adequada de Pol Vandromme (3) - e de bem comportada ditadura do proletariado. Foi ainda mais trágico porque se disfarçou de revolução social, um travesti corajosamente denunciado por pessoas como Ernst Niekisch, o já mencionado Jünger, Hannah Arendt e muitos outros.

Claro que para uma certa esquerda politicamente correcta (que costumava dizer que «Igreja é Fascismo»), é sempre perturbador descobrir que, entre aqueles que (desde o início) levantaram a sua voz contra esta besta ameaçadora, esteve D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), um teólogo e historiador português, que seria mais tarde cardeal patriarca de Lisboa durante o regime de Salazar. Ele escreveu contra o nazismo, não no conforto do «triunfo da democracia» do pós-guerra, mas na escuridão incerta do princípio da década de 30 do século passado.

O muito citado poema de Martin Niemöller, que apareceu em muitas versões, também mostra como pessoas dignas de todas as origens, fés e credos acabaram por perceber que tipo de monstro estava a ser alimentado pelo Terceiro Reich.

## HOLOCAUSTO(S)

Sendo um católico português, um ex (futuro?) nacionalista revolucionário um homem com uma costela que é conservadora, outra anarquista, uma terceira sindicalista, uma libertária suplementar e uma final que se poderia chamar «justicialista» (esperando que isto faça sentido fora da Argentina) e, finalmente mas não menos importante, um céptico nos assuntos terrenos, inscrevi no meu Livro Sagrado político (à morte) o combate ao anti-semitismo, seja ele sob a capa anti-judaica ou anti-árabe. E também o combate - também até à morte - ao racismo contra brancos em África, contra negros no Ocidente, contra japoneses e contra chineses, etc.

Também considero que a memória (*Niskor*, como julgo que se diz em hebreu) a história oral, a sólida historiografia e documentos não forjados confirmam a existência de um Holocausto. Mas isto tem para mim um sentido mais vasto e mais profundo do que a «indústria» criada à volta do seu

conceito, tão bem denunciada por Norman Finkelstein (um nome judeu que não é muito popular, para não dizer outra coisa, em diversos meios sionistas).

Tínhamos na Europa do século XX e no mundo em geral, entre o fim da década de 1930 (poderíamos argumentar entre o fim da primeira Grande Guerra) e o fim da década de 1940, diversas estratégias coordenadas para a eliminação física de grupos sociais, comunidades, povos, nações e culturas inteiras. Esta destruição planeada e sistemática (por vezes atizada de baixo, outras vezes promovida a partir do topo), que teve Hitler e Estaline como principais percussores e obreiros, encontra os judeus não como o único grupo vitimizado, mas como o que mais sofreu.

Isto é importante. A Europa tinha uma população judaica que foi exterminada, tendo havido uma tentativa sistemática para o fazer. Planeamento meticuloso e acção meticulosa provocaram uma tragédia maior do que a vida (e maior do que a morte), que ainda tem feridas abertas, como todos podem ver nos vestígios sinistros do passado, quer seja em Auschwitz ou Bergen Belsen, em Dachau ou Treblinka.

Como pode alguém acreditar que todos os membros da União Europeia, todos os seus governos e chefes de Estado, deputados e principais fazedores de opinião estejam todos envolvidos numa grande conspiração para «inventar» o Holocausto?

Como pode alguém acreditar que a União Europeia, que tem por tradição uma política de compreensão por todas as partes no problema do Médio Oriente, esteja a promover activamente algum tipo de estratégia para sublinhar os crimes contra os judeus e ignorar crimes históricos contra os árabes, os cristãos e outros credos?

Tal como disse antes, a política de extermínio ditada pelo hitlerismo está bem documentada, e seria fastidioso repetir todo um enorme conjunto de conclusões históricas sobre o assunto. Provar a intenção e sistematização é a chave: havia um plano para exterminar os inimigos externos do Reich. Podemos discutir conceitos (os judeus foram escolhidos por serem «antipatriotas», «exploradores», «imorais», «estrangeiros», «não arianos», traidores, etc.?), mas não há muito que possa ser acrescentado sobre a existência de um plano básico de extinção.

Daí em diante, os números e as estatísticas deixam de fazer sentido existencial (isto é diferente de dizer que os estudos sobre estes assuntos não deviam, por definição, ser livres em sociedades livres), e não vejo qualquer utilidade em discussões sobre a ortodoxia de contar cabeças para os fornos crematórios. O primeiro a salientar isto não foi um grande filósofo, mas sim Woody Allen (4).

Dizer que houve diversos holocaustos ou genocídios catastróficos, onde povos inteiros foram escolhidos para extinção, não pode significar a banalização de cada um

deles. Deve apenas significar, se estivermos de boa fé, que não há «bons» e «maus» genocídios, nem que há uns mais fáceis de «engolir» do que outros.

Por outro lado, a palavra «holocausto» tem sido utilizada como metáfora para extinção humana através de outras causas que não um desejo sistemático de matar pessoas (5).

Devemos portanto explicar sempre quando falamos em estilo literário e quando falamos sobre campanhas factuais organizadas para travar guerra contra a ideia da própria humanidade.

## JUSTA LEX

Será que existem leis suficientes em vigor a nível internacional (e sem entrar na interminável discussão da aplicabilidade do direito internacional) para punir actos de holocausto, isto é, tentativas para eliminar uma população inteira, uma nação, uma civilização, etc.?

A convenção das Nações Unidas sobre Genocídio, discutida e aprovada entre 1948 e 1951, pareceu um excelente instrumento. Criminalizava não apenas o assassinio de massas directo, mas também a deportação e formas de perseguição persistentes e sistemáticas. Alguns argumentam que há falhas nas normas básicas, porque não integram especificamente, por exemplo, o genocídio económico, nem catástrofes ambientais induzidas pelo homem que levem ao genocídio. Contudo, é suficientemente abrangente para proteger grupos nacionais, étnicos, raciais e religiosos, de um amplo catálogo de actos *intencionais*, qualquer que seja a sua verdadeira *motivação* (5a).

Na verdade, o chamado «Holodomor», a «Grande Fome» na Ucrânia, nos anos 30 do século passado, onde milhões morreram de inanição, talvez não fosse contado como genocídio, já que não foi uma execução colectiva directa, mas derivou de uma colectivização forçada e concebida politicamente, com deslocamento e deportação de produtores e camponeses e a destruição simultânea das elites intelectuais, com o objectivo de domesticar o que era entendido como «irredentismo» latente e germanofilia.

Quanto ao terrorismo, alguns argumentam que o «genocídio» (um termo cunhado por um advogado judeu, depois da Segunda Guerra Mundial) tem a ver com intenção ou motivação.

Assassinios múltiplos por um sindicato do crime não são «terrorismo», embora possam produzir resultados mais devastadores do que «acções terroristas». Estes têm de ser dirigidos contra civis e não combatentes, e ter algum tipo de motivação política ou de motivação politicamente apoiada.

Na mesma linha, o assassinio de massas que resulte de confrontos esporádicos ou envolva simples disputas de terras ou lutas tribais pode ser considerado por muitos como outra coisa que não «genocídio», já que o plano geral ou o esquema de execução inicial podem faltar, embora os resultados possam ser tão desumanos e generalizados como o genocídio «puro e legal».

Podemos também argumentar que as convenções de Haia e de Genebra, ao proibir formas cruéis de armamento, ao garantir a protecção de civis, de neutrais e de não combatentes, ao proteger os prisioneiros de guerra e ao instituir as bases do chamado «direito internacional humanitário» têm um impacto directo na minimização ou na instauração de processos judiciais contra pelo menos formas «indirectas» de genocídio.

Mas a verdade é que o genocídio, «directo» ou «indirecto», foi cometido, segundo a maioria dos relatos, em muitas ocasiões depois da Convenção ter sido plenamente implementada e aceite.

Casos	Resumo
Ucrânia, 1932-1933	4.821.600 mortos na «Grande Fome» projectada por Estaline 1932-33. 7.465.000 mortos entre 1932-1939.
URSS entre 1934 e 1953	Entre 1934 e 1953, mais de 15 milhões de russos desapareceram nos GULAGS.
Alemanha/Polónia 1939-1945	5.000.000 de não-judeus morreram em campos alemães
Alemanha, 1942-1945	5.860 milhões de judeus morreram em campos de concentração alemães.
Polónia/Rússia depois de 1941	1.700.000 polacos foram deportados para a Sibéria depois de 1941.
Bengala, 1943	1.500.000 morreram de fome provocada pela guerra em 1943 em Bengala.
Alemanha, Prússia Leste 1945	3.000.000 de civis alemães foram mortos pelos russos nos últimos meses da Segunda Guerra Mundial.
Camboja, 1975-1979	Os Khmer Vermelhos (presidente 1976) assassinaram cerca de 1.700.000
Timor-Leste 1983-1985	200.000 timorenses (Portugal) foram mortos entre 1983-1985 pelas forças invasoras da Indonésia.
Ruanda/Burundi - 1993-1994	700.000 hutus e tutsis morreram no Ruanda numa guerra fratricida.
Jugoslávia 1991-2000	Pelo menos 250.000 morreram na ex-Jugoslávia (até 2000), a maioria muçulmanos bósnios e croatas católicos.

E as guerras que se seguiram ao conflito terminado em 1945 foram especialmente selvagens e deixaram inúmeras feridas, algumas com a utilização de práticas proibidas pelo direito internacional humanitário em tempos sonhado pelo czar da Rússia, em finais do século XIX.

**(Algumas) mortes causadas por guerras depois da experiência da Segunda Guerra Mundial:**

Coreia 3.000.000

Vietname 2.059.000

Nigéria/Biafra 2.000.000

Afeganistão 1.300.000

Alguns cálculos indicaram também que cerca de 170 milhões de pessoas morreram sob regimes totalitários durante o século XX.

Não é portanto de estranhar que, em Abril de 2006, o ex-presidente checo Vaclav Havel tenha feito uma alocução no Conselho da Europa sobre a necessidade de não esquecer o extermínio, expulsão e deportação de massas. Acrescentou que a distinção entre campos de concentração «bons» e «maus» é perigosa, e observou que os crimes contra a humanidade têm, por definição, como vítima principal toda a espécie humana, através do sofrimento dos seus membros.

Assim, deverá haver normas, tribunais e organismos responsáveis pela aplicação da lei em número suficiente, bem como organismos preventivos capazes de lançar avisos atempados, de dissuasão, de punição e de reparação de danos por genocídio ou holocausto (5b) .

#### PARTIDAS DA MEMÓRIA

Parte deste mecanismo de prevenção de genocídios deve ser baseado na experiência e na memória. Mas por vezes a memória prega-nos partidas e torna-se uma força da destruição. É por isso que em certas cidades-estados da Grécia era proibida a recordação de acontecimentos tristes (como dizem em França, *ne parlons pas de malheur*). Mas algumas nações - lembramo-nos imediatamente da Sérvia - celebram precisamente os seus dias nacionais para comemorarem acontecimentos tristes, trágicos e até catastróficos, como foi a batalha de Kosovo Polje, onde grande parte da sua elite foi destruída numa única explosão.

Como lidar então com este sofrimento?

O psicólogo russo Aleksandr Luria pode ter-nos apontado um caminho em dois livros brilhantes e surpreendentes (6). Ele tratou Zazetsky, um sobrevivente da batalha de Smolensko, que tinha uma terrível lesão cerebral. Esta afectava-lhe radicalmente a memória. De certo modo, o veterano não conseguia lembrar-se de nada, embora fosse capaz da maioria dos actos intelectuais e psicológicos. Os médicos ensinavam-lhe, por exemplo, a comer a sopa com uma colher e ele aprendia imediatamente, mas esquecia-se pouco tempo depois. O mesmo com tudo o resto que tentava fazer. Não se

lembrava do seu nome, do seu passado, da família, dos amigos, da sua cidade ou do seu país.

Em certo sentido, Zazetsky era o verdadeiro criador, fazendo tudo *ex novo*. Mas a ausência de referências históricas privava-o de uma vida minimamente normal, decente e confortável.

O outro doente de Luria era «S», o «Mnemónico». Este não conseguia esquecer.

A sua memória absoluta era muito intensa, e se quisesse suprimir elementos cruéis ou tristes do seu passado, não conseguia. A felicidade e a dor viviam para sempre no seu espírito, já que as recordações estavam sempre presentes, com a mesma intensidade.

A sua vida tornou-se impossível por causa da memória em demasia, tal como a vida de Zazetsky se tornou insuportável pela total ausência de memória.

Deve haver uma maneira das pessoas e dos povos encontrarem um meio-termo entre o Mnemónico e o Homem de Smolensko. Entre a não memória, que nos faz repetir os erros do passado, e a demasiada memória, que nos torna incapazes de sossegar, esquecer e perdoar as coisas más, temos de encontrar um caminho. Um caminho saudável.

## PENSAR

Quase tão imbecil como negar os holocaustos do século XX, a começar pelo extermínio dos europeus judeus, é - em tempo de paz e sem o constrangimento de um estado de emergência (daquilo que os alemães chamam *Notstandrecht*) - querer aprovar (ou conservar ou discutir) leis que proibam qualquer debate científico e intelectual sobre estes assuntos.

Se a negação apriorística do todo pode parecer sectária, a recusa em rever as partes também contradiz os princípios, regras, concepções, bases e fundamentos do pensamento sistemático.

Devemos contudo distinguir entre a discussão honesta dos problemas a um nível intelectual (e mesmo tomando em conta que os analistas políticos podem contaminar a política que discutem, numa espécie de aplicação do princípio de Heisenberg), e a promoção de uma agenda, disfarçada de discussão científica.

Sentimos por vezes que muitos dos que negam a existência de holocaustos e genocídios comprovados são capazes de cometer eles próprio tais actos, se as circunstâncias lhes forem convenientes e se tiverem poder para o fazer. É por isso que a *ausência de leis contra a discussão intelectual deve ser complementada com a presença de leis contra a promoção*

de violência, ódio racial ou incitamento ao assassinio ou assassinio de massas.

Por vezes também sentimos que «negacionistas» profissionais, utilizando o pretexto da discussão de pormenores, acabam por negar o todo que já se provou ser correcto. Seria como se cálculos errados sobre o tamanho, matéria ou distância da terra levassem as pessoas a duvidar da existência do sol.

Por vezes sentimos que, para cada «indústria do holocausto» há uma «indústria da negação do holocausto».

Por vezes sentimos que grupos humanos e nações ainda não cresceram suficientemente para cessarem de pedir à história bodes expiatórios (como Nietzsche afirmou um dia).

Mas tal como disse antes, não há limites para a discussão intelectual, e os intelectuais não deverão ficar surpreendidos se as suas ideias mais controversas forem debatidas, contestadas, confrontadas e destruídas, ou provadas como erradas. Trata-se de um processo de aquisição sem fim, de crescimento e aprendizagem.

É por isso que, juntamente com os «negacionistas» marginais geralmente acusados pela corrente dominante de menos talento e mais demagogia, nós temos ou tivemos figuras intelectuais importantes sem medo de indagar o passado, de espírito e coração abertos, descobrindo todos os dias novas informações, factos e interpretações, sujeitando-os ao teste de tornesol da discussão, etc.

Podemos mencionar, entre estas figuras, e começando em Israel e na Palestina, mas também nos Estados Unidos e na Europa, Hannah Arendt ou Leo Strauss, Amos Oz, Zeev Sternhell, Paul Eisen, Eduard Said, Paul McCormick, Wolfgang Mommsen e Ernst Nolte.

Cada um à sua maneira, todos ousaram olhar para o passado de espírito aberto, não com base na fé, mas na dúvida. Não com base no amor pelo preconceito, mas pela verdade. Não com base no amor pelo dogma, mas no desejo de saber e compreender mais.

Saber sempre mais,  
Compreender sempre melhor.

---

#### NOTAS

(\*) Cf. sobre a dimensão «utópica» espanhola de *Al Andalus*, M. R. Menocal, *Ornament of the World : How Muslims, Jews and Christians created a culture of tolerance in Medieval Spain*, Back Bay Books 2002, e S. E. Al-Dzajairi, *The Hidden debt to Islamic Civilisation*, Bayt al Hikma Press 2005.

(1) Ver, por exemplo, Y. Yerushalmi et al., *Usages de l'oubli*, Ed. Du Seuil 1988.

(2) Ver a «descodificação» do livro pelo próprio Jünger, na conversa com Julien Hervier, *The details of time: conversations with Ernst Jünger*, Marsilio Pub. 1995.

(3) P. Vandromme, *L'Europe en Chemise*, Ed. de La Francité, 1971

(4) Por exemplo, em *Deconstructing Harry*, 1997. A sua ironia sobre Auschwitz (que foi pensada como um ataque contra a insensibilidade de pessoas que gostam de contar cabeças mortas) foi atacada severamente por Elliott Gertel, em *Over the Top Judaism : Precedents and Trends in the Depiction of Jewish Beliefs and Observances in Film and Television (Univ.Press of America)*.

(5) Um bom exemplo de «metaforismo» é D. Wilson, *Five Holocausts*, Steele Roberts Pub. 2001. De acordo com o autor, o militarismo, a opressão, a miséria económica, a explosão populacional e a destruição ambiental selarão o nosso destino como uma espécie em extinção.

(5b) Trata-se do pano de fundo para a decisão de Koffi Annan em nomear um Conselheiro especial da ONU para a Prevenção do Genocídio (e um Plano de Acção preventivo), já em 2004, num discurso recordando o décimo aniversário do banho de sangue que matou 800.000 pessoas no Ruanda.

(5a) O crime de genocídio é definido na legislação internacional na Convenção sobre a Prevenção e Castigo de Genocídio. Passagens relevantes:

"Artigo II: Na presente Convenção, genocídio significa qualquer dos actos seguintes cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como:

- (a) Matar membros de um grupo;
- (b) Causar graves lesões corporais ou mentais a membros de um grupo;
- (c) Infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para causar destruição física do todo ou da parte;
- (d) Impor medidas destinadas a evitar nascimentos no seio do grupo;
- (e) Transferir pela força crianças do grupo para outro grupo.

Artigo III: Os actos seguintes serão punidos:

1. (a) Genocídio;
2. (b) Conspiração para cometer genocídio;
3. (c) Incitamento directo e público ao cometimento de genocídio;
4. (d) Tentativa de cometer genocídio;
5. (e) Cumplicidade em genocídio.

A Convenção sobre Genocídio foi adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 9 de Dezembro de 1948. A Convenção entrou em vigor a 12 de Janeiro de 1951. Mais de 130 países ratificaram a Convenção sobre Genocídio e mais de 70 nações criaram disposições para a punição de genocídio no direito penal nacional. O texto do Artigo II da Convenção sobre Genocídio foi incluído como crime no Artigo 6 do Estatuto de Roma de 1998 do Tribunal Penal Internacional.

(6) A. R. Luria, *The Man with a shattered world: The History of a Brain Wound*, Harvard Univ. Press, reedição de 2004, e *The Mind of a Mnemonist: A Little Book about a vast memory*, HUP, reedição de 2006.

---

(\*) Co - Director do grupo de reflexão português Instituto Euro-Atlântico. Apresentador, conferencista e analista político. Membro fundador da Associação Portuguesa de Ciência Política.